

EIXO TEMÁTICO 6 | EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

EDUCAÇÃO DO CAMPO E MOVIMENTOS SOCIAIS: contribuições e perspectivas de luta

FIELD EDUCATION AND SOCIAL MOVEMENTS: contributions and perspectives of struggle

Wedson Alves Ferraz¹
Marcia Reijane Gomes de Moura²
Marli Clementino Gonçalves³

RESUMO

A Educação do Campo marca um cenário de luta e resistência na perspectiva contra hegemônica ao capitalismo, desempenhando um papel fundamental na construção e consolidação de uma formação política e emancipatória, visando a promoção da justiça social e da transformação no meio rural. Este artigo tem como objetivo compreender como os movimentos sociais têm contribuído nessa trajetória, destacando suas principais ações e pautas de luta no processo de construção da Educação do Campo. Trata-se de um estudo qualitativo, que se constrói através da pesquisa bibliográfica, permitindo uma análise detalhada da relação dos Movimentos Sociais e Educação do Campo. Nos ancoramos em Caldart (2009); Lima (2022); Molina; Freitas (2011); Gohn (1999); entre outros, para discutir os principais aspectos desta temática. Assim, espera-se contribuir para compreensão do papel dos movimentos sociais na promoção da Educação do Campo e na luta por direitos, justiça social e melhores condições de vida aos camponeses.

Palavras-chave: Educação do Campo; Movimentos Sociais; Resistência; Transformação. Justiça Social.

¹ Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí – UFPI; Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí – PPGEd/UFPI – Linha 05: Políticas Educacionais e Gestão da Educação;

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí – UFPI; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí – PPGEd/UFPI – Linha 05: Políticas Educacionais e Gestão da Educação;

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Piauí – UFPI; Professora Associada (UFPI) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí – PPGEd/UFPI – Linha 05: Políticas Educacionais e Gestão da Educação;

ABSTRACT

The Education of the Countryside marks a scenario of struggle and resistance from a perspective that is counter-hegemonic to capitalism, playing a fundamental role in the construction and consolidation of a political and emancipatory formation, aiming at promoting social justice and transformation in rural areas. This article aims to understand how social movements have contributed to this trajectory, highlighting their main actions and struggle agendas in the process of constructing Education of the Countryside. This is a qualitative study, developed through bibliographic research, allowing for a detailed analysis of the relationship between Social Movements and Education of the Countryside. We rely on authors such as Caldart (2009), Lima (2022), Molina; Freitas (2011), Gohn (1999), among others, to discuss the main aspects of this topic. Therefore, we hope to contribute to understanding the role of social movements in promoting Education of the Countryside and in the struggle for rights, social justice, and better living conditions for peasants.

Keywords: Field Education; Social Movements; Resistance; Transformation. Social Justice.

1 INTRODUÇÃO

A Educação do Campo (EdoC) tem se destacado como um contexto de luta e resistência, marcado pela mobilização e organização dos movimentos sociais. Nesse cenário, os movimentos sociais desempenham um papel fundamental na trajetória de construção e consolidação dessa modalidade educacional, contribuindo para a promoção da justiça social e da igualdade no meio rural.

O presente estudo tem como principal objetivo, compreender de que maneira os movimentos sociais têm contribuído na trajetória de construção e consolidação da Educação do Campo. Trata-se de uma reflexão sobre as principais ações e pautas de luta dos movimentos sociais que contribuíram na estruturação da Educação do Campo como uma política/modalidade educacional, buscando evidenciar os principais movimentos sociais e formas de organização que atuaram no processo de construção da Educação do Campo.

Nesse sentido, o artigo está estruturado em três seções principais. Na primeira seção, será abordada a organização e as perspectivas de luta dos trabalhadores por meio dos movimentos sociais. Em seguida, será apresentado o referencial teórico que discute a relação entre Educação e Movimentos Sociais como uma via de transformação social. Na terceira seção, será explorada a Educação do Campo no contexto da luta camponesa, destacando a importância da educação para o fortalecimento das comunidades rurais.

Segundo Santos (2023) não existem datas precisas de lutas, porém existem marcos

históricos que trouxeram a educação do campo como pauta, onde destacamos: o ano de 1997 e a realização do I Encontro Nacional de Educadores da reforma agrária, o ano de 1998 e a Conferência Nacional de Educação do Campo, o ano de 2002 e o Seminário Nacional realizado logo após a eleição do presidente Lula e o ano de 2004, com a realização da II Conferência Nacional de Educação do Campo no Brasil. Estes eventos moldaram o projeto de Educação do Campo no país e tiveram os movimentos sociais dos anos 80 e 90 como pilares de sustentação.

Nessa perspectiva, a Educação do Campo constitui-se atualmente como materialidade nos debates nas universidades, nas políticas públicas e mesmo que timidamente avança dentro do contexto escolar, enfraquecendo cada vez mais a antiga concepção de educação rural e trazendo a identidade do povo camponês.

Isto posto, este estudo trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa segundo o entendimento de Gamboa (2018), em que os direcionamentos estão voltados para o aprofundamento na compreensão dos fenômenos presentes nos diferentes grupos sociais e movimentos, excedendo uma vaga representação acerca dos fatos.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, em que os documentos e produções caracterizam-se como principais fontes de pesquisa e investigação (Fonseca, 2002). Assim nos propomos uma abordagem que permitirá uma ampla revisão da literatura acadêmica relacionada à Educação do Campo e aos Movimentos Sociais do Campo, possibilitando uma análise das contribuições desses atores na construção e consolidação dessa modalidade educacional. Os resultados obtidos serão discutidos à luz dos objetivos específicos propostos, destacando-se as principais contribuições dos movimentos sociais na trajetória de construção e consolidação da Educação do Campo, bem como os desafios e perspectivas desta relação.

No que diz respeito ao referencial teórico, esse texto se apoia em autores como: Caldart (2009); Lima (2022); Molina e Freitas (2011); Gonh (1999), dentre outros, cujas obras fornecem dados valiosos para a compreensão das dinâmicas e desafios enfrentados pelos trabalhadores do campo e pelos movimentos sociais que os representam a transformação deste contexto através da educação e formação social dos camponeses.

Ao final deste estudo, espera-se contribuir para uma melhor compreensão sobre como os movimentos sociais têm contribuído para construção de uma Educação do campo pautada na emancipação de sujeitos críticos e participativos.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS: ORGANIZAÇÃO E PERSPECTIVAS DE LUTA DOS TRABALHADORES DO CAMPO

A população camponesa esteve por longos anos sendo excluída de diversas políticas públicas, vivendo em condições precárias totalmente a mercê de uma elite agrária que sempre tentou a todo custo alienar a população campesina para atingir seus interesses em favor do capital. É nesse contexto de injustiças sociais que surgem as primeiras lutas sociais dos trabalhadores do campo organizados em movimento social.

Nessa perspectiva, Gohn (1999) destaca que estes movimentos deram um salto significativo na história da participação política da sociedade civil organizada, representando diversos segmentos sociais, portadores de uma nova compreensão da política, buscando a verdadeira identidade dos povos do campo bem como a garantia de direitos.

Nesse sentido, podemos perceber que a luta dos trabalhadores do campo de forma organizada foi um marco para o início de uma transformação na forma de ver e entender o território camponês. Arroyo, Caldat, Molina (2004) destacam que as lutas representam uma nova consciência do direito à terra, a igualdade, a saúde, ao conhecimento, a cultura e a educação.

É importante destacar que dentre os primeiros movimentos organizados de luta em favor da população campesina aconteceu na década de 50 com a formação das ligas camponesas que iniciaram um processo de reivindicações por melhores condições de trabalho e garantia de direitos básicos ao trabalhador do campo. Todavia, cabe ressaltar que lutas mesmo que de forma não organizadas já aconteciam no Brasil desde o período colonial, quando a monocultura dominava a economia da época, colocando as terras nas mãos de uma minoria privilegiada.

Nesta perspectiva, Gohn (1997, p.141) acrescenta que,

A luta das classes populares pela terra no Brasil é secular. Desde a época da Colônia e da escravidão a aquisição de um pedaço de terra para produzir e nela habitar se constitui em um sonho da maioria da população pobre do campo. No século XIX e primeira metade do século XX, ocorreram vários movimentos messiânicos, liderados por religiosos fanáticos ou carismáticos que buscavam construir um outro mundo para seus seguidores, sem injustiças e com igualdade social.

Desse modo o Messianismo foi o movimento que predominou no país antes do período

militar até meados dos anos 40, sendo ancorado na crença da vinda de um ser divino que chegaria e traria condições dignas de vida ao povo, onde destacamos o Movimento de Canudos (1893-1897) e o Contestado (1912-1916). Outro movimento que também de grande importância nessa mesma época foi o cangaço que lutava contra a situação de precariedade e injustiça social em que vivia a população no Nordeste. Martins (1992) ao discutir sobre os movimentos sociais antes do período militar destaca que as ligas camponesas e os sindicatos a partir dos anos 50 se tornam os mais importantes movimentos no campo da luta camponesa no Brasil.

Vale enfatizar que durante o período destacado acima a luta organizada pela terra sempre foi por uma reforma agrária que colocasse os sujeitos do campo como protagonistas e nesse contexto o homem do campo lutou fortemente enfrentando tanto a violência do próprio sistema político como dos proprietários das terras.

Marques (2008) destaca que no início dos anos 60 essas lutas em torno da disputa pela terra aumentaram significativamente, porém, com o início da ditadura militar no ano de 1964 os movimentos enfraqueceram devido as grandes repressões e controle total do estado a favor dos grandes latifundiários. Contudo, mesmo diante das adversidades, a luta pela terra durante a ditadura militar representou um importante capítulo na história da resistência popular no Brasil, evidenciando a determinação das comunidades rurais em enfrentar um regime opressor em busca de justiça social e igualdade de direitos.

Desse modo, com esse cenário de desigualdade e injustiça social, surgiu após a ditadura militar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), objetivando promover a reforma agrária e a distribuição de terras para aqueles que delas necessitavam para sobreviver e produzir.

Lima (2022, p 92) destaca que com a criação do movimento dos trabalhadores sem-terra (MST), as lutas pelo direito a terra e por melhores condições de vida foram intensificadas colocando a reforma agrária como pauta política no país. É importante salientar que o papel do MST na luta pela reforma agrária e na promoção de políticas públicas voltadas para o campo tem sido fundamental para ampliar o acesso à terra e para garantir melhores condições de vida e trabalho para milhares de famílias camponesas no Brasil, protagonizando importantes mobilizações e ações de resistência, ocupando terras, promovendo acampamentos e assentamentos, e lutando pelos direitos dos trabalhadores camponeses. Além disso, têm contribuído para a conscientização política e a organização coletiva dos camponeses. Assim, é

fundamental reconhecer e valorizar a atuação dos movimentos sociais na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, onde o acesso à terra, à educação e a outros direitos fundamentais seja garantido para os povos do campo.

3 EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA RELAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO

Os movimentos sociais, em sua maioria, emergem em contextos de disputas, seja nas dimensões sociais, políticas e/ou econômicas, marcados por conflitos de interesses antagônicos que podem muitas vezes exceder o campo apenas das divergências ideológicas, provocando em alguns casos embates violentos.

Na trajetória histórica de luta dos movimentos sociais de modo geral, vale ressaltar que os mesmos têm promovido na medida do possível, processos de transformação e mudanças, no que se refere aos aspectos políticos, sociais e econômicos, tendo encontrado na Educação pilares fundamentais para o fortalecimento de suas pautas.

Destacamos, que a relação entre os Movimentos Sociais e a Educação, sobretudo na América Latina a partir da experiência com a Educação Popular, foi fundamental na reelaboração da organização da classe trabalhadora, principalmente nas propostas de organização e bandeiras de lutas contra a dominação hegemônica do capitalismo, sob a lógica da superação da exclusão e desigualdades sociais (Zitkoski, 2017).

Ganhando espaço notório a partir entre as décadas de 1950 e 1960, a Educação Popular surge como no cenário nacional brasileiro a partir dos ideais de Paulo Freire, estando

[...]associada aos princípios político pedagógicos e metodológicos utilizados pelas organizações sociais, nas suas dinâmicas de formação e mobilização social, com o intuito de possibilitar a construção coletiva de conhecimentos e saberes que desenvolvam nas pessoas a capacidade de análise crítica sobre a realidade, bem como propiciem o aprimoramento das estratégias de luta que favoreçam a construção de novos processos de emancipação e transformação social (Lima, 2022, p. 92)

Nesse sentido, a Educação Popular revela-se em meio a o contexto de globalização neoliberal em que a competição, a exclusão e as desigualdades sociais são realidades que marginalizam grande parte da população - pautas que já são evidenciadas pelos movimentos sociais deste período. Segundo Zitkoski (2017), a relação entre estas duas frentes se mostram fundamental na construção de lutas concretas que direcionam a criação de um novo projeto

social emancipatório, partindo da própria realidade da classe trabalhadora.

A Educação Popular desempenha um trabalho de ação cultural e educacional no que se refere à formação político-pedagógica, estratégia que tem fomentado o fortalecimento da identidade dos movimentos sociais e a superação dos desafios que emergem neste contexto, possibilitando a definição de estratégias claras e bem definidas da sociedade civil na busca por transformações sociais (Zitkoski, 2017).

Vale ressaltar, que além da formação política e reorganização dos movimentos sociais em novas pautas de luta, a Educação Popular tem sido fundamental na elaboração de críticas de subversão à educação tradicional opressora guiada pelos princípios da elite. Destacamos, que para além da crítica, a Educação Popular tem apontado alternativas de superação desta realidade, principalmente a partir das propostas políticas e culturais que partem da realidade e contexto do próprio aprendiz, geralmente provenientes das classes populares.

No contexto dos movimentos sociais camponeses brasileiros, esta articulação tem se mostrado ainda mais significativa, principalmente a partir das lutas encabeçadas pelo movimento dos trabalhadores sem-terra, povos originários e quilombolas historicamente explorados através de sua mão-de-obra e marginalizados pela lógica hegemônica do capitalismo no que se refere ao acesso à terra, condições de vida e trabalho.

Segundo Miralha (2006), a partir da década de 1950 emergem no campo militâncias políticas e movimentos sociais do campo que começam a se organizar e promover uma articulação política que os permite ganhar espaço no cenário nacional, a partir das reivindicações por uma reforma agrária e melhores condições de vida e trabalho. Esse movimento resulta da luta e ampliação do processo de desenvolvimento da consciência crítica e formação política desempenhado a partir das experiências da Educação Popular (Lima, 2022).

Estas experiências foram fundamentais para na constituição da formação crítica do campesinato, evidenciando o papel dos mesmos na participação direta dos processos políticos e sociais, fortalecendo sua organização enquanto sujeitos político e sociais de direito, concepção que impulsionou os movimentos sociais camponeses a partir da década de 1980, pós ditadura militar “[...] um conjunto de ações na área da educação popular, tendo a formação política e a mobilização social como antídotos para se opor ao processo de dominação política, econômica e cultural impostas [...]” (Lima, 2022, p. 92).

Partindo deste entendimento é que o Movimento de Educação do Campo vem se consolidando ao longo dos anos, principalmente a partir da criação do Movimento dos

Trabalhadores Sem Terra - MST, em 1984, pois trata-se de um novo movimento que coloca em destaque sujeitos antes não percebidos na sociedade brasileira, no que se refere ao cenário educacional, os trabalhadores rurais. Assim, lutas têm surgido diante da reivindicação da garantia do direito à escolarização e acesso ao conhecimento dos camponeses até então negados pela intitulada “Educação Rural”.

O surgimento da Educação do Campo em contraposição à “Educação Rural”, concebida em condições precárias de infraestrutura, falta de investimentos e baseada nas diretrizes das zonas urbanas, desconsiderando os aspectos sociais, econômicos, políticos e sociais próprios do contexto dos camponeses, foi fundamental na superação das

“[...] desigualdades sociais e as relações de dependências no campo na medida em que ofereceu um saber precarizado, atrelado ao desenvolvimento de competências básicas necessárias à inserção dos trabalhadores nas atividades produtivas que emergiam com a modernização das grandes propriedades rurais (Lima, 2022, p. 93).

Desse modo, a Educação do Campo desempenha um papel imprescindível na construção de um caminho de desenvolvimento do espaço rural, que considera a diversidade dos sujeitos sociais do campo, estando voltada à transformação de uma educação pautada nos princípios e realidade da classe trabalhadora, caminho que precede uma mudança ampla do projeto de sociedade e país (Molina; Freitas, 2011).

4 EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DE LUTA CAMPONESA

A educação no meio rural surge como estratégia para conter os processos migratórios que ocorriam dos campos em direção às cidades, de modo que a materialização do processo educacional, no que se refere à conteúdo e infraestrutura era fragilizado e ineficiente. As escolas utilizavam materiais improvisados, equipamentos em condições precárias de funcionamento, com políticas limitadas e/ou ausentes e sem programas que de fato estivessem voltadas para a formação dos sujeitos do campo.

Em contrapartida, a Educação do Campo nasce a partir dos movimentos dos camponeses que reivindicavam políticas e programas educacionais que contemplassem as necessidades dos assentamentos e acampamentos no âmbito da reforma agrária. Assim, a Educação do Campo passa a ser desenvolvida por meio das ações realizadas junto ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, criado no ano de 1988 (Medeiros; *et al*,

2020).

O Movimento de Educação do Campo surge “[...] como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo[...]” (Caldart, 2009, p. 39). Vale ressaltar, que esta crítica se manifesta através das lutas e movimentos sociais pela igualdade social, melhores condições de vida e de acesso e permanência à educação, como forma de buscar uma transformação na vida dos sujeitos do campo e de seu contexto.

O MST foi um dos marcos do fortalecimento do Movimento de Educação do Campo no âmbito das lutas sociais, principalmente no que se refere aos embates em prol da reforma agrária. Assim, podemos afirmar que a EDOC advém de um berço marcado pela luta dos trabalhadores pobres do campo, em busca de terras, trabalho e condições dignas de sobrevivência, sobretudo dispostos a agir e se organizar contra a inoperância e omissão por parte do Estado.

Nesse sentido, a Educação do Campo se compromete com uma construção teórico-metodológica dos processos de ensino-aprendizagem, que são voltadas para os diferentes sujeitos que trabalham e vivem no campo, compreendendo este espaço como de desenvolvimento e de trabalho por meio da agricultura familiar. Assim, consideramos que o campesinato tem suas próprias características e particularidades que são compreendidas e abordadas por meio da EDOC, reforçando o entendimento de que o campo não se limita apenas à uma “[...] dinâmica social, ou movimentos sociais no campo, também há um movimento pedagógico[...]” (Arroyo, 1999, p. 14).

A crítica na qual a EDOC não se limita à Educação em si mesma, mas ao contexto no qual se desenrola a realidade e as vivências do trabalho do camponês que reflete diretamente no processo educacional (Caldart, 2009). O contexto social que marca o surgimento da Educação do Campo entre as décadas de 1980 e 1990, período de instabilidades pela transição do regime militar para uma abertura política de natureza democrática, há uma crise que afeta diretamente o sistema educacional com a abertura econômica ao neoliberalismo e ascensão de uma conjuntura de estado mínimo para as políticas sociais e máximo para o avanço do capital (Adrião, 2018).

Partindo deste entendimento, consideramos que o campo tem se apresentado como espaço crescente de competição entre dois projetos com propósitos e objetivos opostos. Por um lado, se apresenta a proposta objetiva de formação crítica para resistência política, social,

econômica e integração com os movimentos sociais que lutam em prol das causas da terra, educação e melhores condições de vida dos camponeses, enquanto o outro lado se alinha à perspectiva da profissionalização e modernização do campo, através do empreendedorismo individual e inclusão no mercado competitivo.

Nesse sentido, este projeto que tem permeado o contexto camponês está alinhado aos interesses do capital, a partir do desenvolvimento do agronegócio, pautado em um modelo que gerencia a produção agrícola como um negócio, a partir da apropriação da propriedade, da mão de obra campesina e dos recursos naturais da biodiversidade local. Desta maneira, a Educação possui um papel fundamental a partir da proposta da profissionalização da mão de obra do camponês para atuação em um mercado de trabalho explorador, que subalterniza e expropria o seu processo de produção ao capital. (Camacho, 2017)

Em contrapartida, o projeto de Educação do Campo pautado na reforma agrária popular, que é marcado pela sustentabilidade da produção agroecológica, está alinhado na luta pelo direito à terra, ao trabalho, à saúde e educação alinhado às perspectivas das pautas de luta dos movimentos sociais. Segundo Fernandes (2010, n.p.) estes movimentos são “[...] formas de organização socioterritorial de camponeses ou agricultores familiares sem-terra e de trabalhadores rurais assalariados que lutam pelo direito à terra, por emprego e/ou por melhores condições de trabalho e salário[...]”.

Consideramos que esta corrente está ligada às raízes próprias da gênese da Educação do Campo, enquanto movimento de superação das contradições da lógica do capital e na luta pela preservação da identidade cultural e produtiva, partindo da compreensão do campo como local de trabalho e vida que necessita de acesso à todos os níveis de educação escolar, voltada para as suas vivências e necessidades particulares de acesso à terra, à saúde, trabalho, produção diversificada e melhores condições de vida (Santos & Sapelli, 2023).

Apesar da pauta de luta e resistência do Movimento de Educação do Campo, lamentavelmente esta realidade tem passado por uns processos estratégicos de apropriação do capitalismo e do Estado, assim como de grandes empresas e institutos de responsabilidade social. As práticas que deveriam ser reacionárias e romperem as questões de classe de modo revolucionário, essência da Educação do Campo, são forjadas ao formato da subalternidade ao capital, contrariando à dita resistência política, cultural e econômica que é o princípio fim desta modalidade educacional (Camacho, 2017).

Isto revela a importância de manter-se vigilante, enquanto movimento de resistência,

às estratégias de apropriação hegemônica dos ideais e princípios capitalistas, que têm desconstruído conquistas históricas no campo brasileiro, para que assim possamos fomentar (Lima, 2022, p.97),

[...]uma atitude epistemológica dialética e interdisciplinar capaz de superar o modelo fragmentado e descontextualizado de produção do conhecimento instituídos nas escolas, propondo projetos educativos que ampliem as possibilidades de compreensão e leitura crítica do mundo, por meio da articulação entre os diferentes conhecimentos e saberes (populares, artísticos, científicos e tecnológicos).

Tal postura é fundamental para a ruptura com os modos de produção e projeto de sociedade pensado pelo modelo hegemônico através do paradigma do pensamento científico moderno, buscando assim através de uma nova perspectiva criar possibilidades de produção do conhecimento a partir do diálogo coletivo, da troca de experiências e saberes, do confronto de ideias, da problematização da práxis e dos processos de luta. São pilares fundamentais da Educação do Campo que estão alinhados à novas alternativas de promover a transformação social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, foi possível observarmos que os movimentos sociais desempenharam um papel fundamental na promoção e defesa da Educação do Campo como uma política educacional voltada para as áreas campestres.

A identificação dos principais movimentos sociais e formas de organização que atuaram nesse processo revelou a diversidade de atores envolvidos e suas estratégias de atuação, desde movimentos ligados à reforma agrária até organizações de base comunitária, como também evidenciou a importância da mobilização popular e da pressão política para a efetivação de políticas educacionais inclusivas e democráticas.

Diante disso, as perspectivas de luta para o futuro apontam para a necessidade de fortalecer ainda mais a articulação entre os movimentos sociais e as políticas educacionais, garantindo que as demandas das populações rurais continuem a ser atendidas e que a Educação do Campo se consolide como uma política inclusiva e transformadora. Isso implica em reconhecer e valorizar os saberes e práticas locais, promover a participação democrática das

comunidades na formulação e implementação de políticas, e continuar a resistir às injustiças e desigualdades que afetam o campo.

Nesse sentido, é fundamental reconhecer o papel dos movimentos sociais como agente de transformação social e como parceiros indispensáveis na construção de uma Educação do Campo que promova a igualdade, a justiça social e o desenvolvimento sustentável do território camponês. Portanto, faz-se necessário fortalecer os espaços de diálogo e participação entre Estado, sociedade civil e movimentos sociais, visando garantir a efetivação dos direitos dos camponeses e a consolidação de uma educação comprometida com a emancipação e a cidadania plena. Nessa perspectiva, este estudo reforça a importância de compreender e valorizar o papel dos movimentos sociais na trajetória de construção e consolidação da Educação do Campo, destacando suas contribuições passadas e apontando caminhos para futuras lutas e transformações.

REFERÊNCIAS

- CALDART, R. S. **Educação do Campo**: notas para uma análise de percurso. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009.
- ADRIÃO, T. **Dimensões e formas da Privatização da educação no Brasil**: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.
- ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. **Por uma educação do campo**: A educação básica e o movimento social do campo. nº 2, 1999.
- ARROYO, M.G.; CALDART, R.; MOLINA, M. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CAMACHO, R. S. **A Educação do Campo em disputa**: resistência versus subalternidade ao capital. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 140, p.649-670, jul.-set., 2017.
- FERNANDES, M.; [et al]. **Educação do Campo**: campo- políticas públicas – educação. Org. Clarice Aparecida dos Santos. -- Brasília: Incra; MDA, 2008. 109 p.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- GAMBOA, S. S. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologias. 3. ed. rev., atual. e ampl. [recurso eletrônico] / Silvio Sánchez Gamboa. -- Chapecó, SC: Argos, 2018.
- GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 1999. (2005, 3. ed.)

GOHN, M. G. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

LIMA, E. de S. **A Educação do Campo como espaço de resistência política e epistemológica: as lutas por outras pedagogias**. Revista Teias v. 23 • n. 68 • jan./mar. 2022

MARTINS, José de Souza. **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. Petrópolis: Editora Vozes. 1992.

MARQUES, M. I. M. **Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica**. Campesinato e territórios em disputa. Tradução . São Paulo: Expressão Popular, 2008. . Disponível em:
https://biblio.fflch.usp.br/Marques_MIM_23_1706212_AgriculturaECampesinatoNoMundoENoBrasil.pdf. Acesso em: 01 maio 2024.

MOLINA, M. C.; FREITAS, H. C. de A. **Avanços e desafios na construção da Educação do Campo**. Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011.

SANTANA, J. F.; MEDEIROS, L. B.; GONÇALVES, M. C. **O direito à Educação do Campo no estado do Piauí no contexto do FUNDEB**. Revista FINEDUCA, v. 10 – 2020.

SANTOS, C. A. dos; SAPELLI, M. L. S. **Educação do Campo: mais do que modalidade, disputa de projetos**. In: LEHER, R. Educação no governo Bolsonaro. São Paulo, Expressão Popular, 2023.

ZITKOSKI, J. J. **Educação popular e movimentos sociais na América Latina: o desafio da participação cidadã**. educação | Santa Maria | v. 42 | n. 1 | p. 73-84 | jan./abr. 2017.